

Entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva

Maria Beatriz Nizza da Silva nasceu em Portugal e formou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1961. Foi professora titular de Teoria e Metodologia da História da Universidade de São Paulo, pela qual se aposentou em 1990, de História do Brasil na Universidade Portucalense Infante D. Henrique e na Universidade Aberta de Lisboa. Orientou diversas dissertações



e teses e é autora de vários livros e artigos, entre eles, *Cultura no Brasil Colônia* (1981); *Sistema de casamento no Brasil colonial* (1984); *História da família no Brasil colonial* (1998); *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil* (1999); *Donas e plebéias na sociedade colonial* (2002); *Ser nobre no Brasil* (2005); e *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822: cultura e sociedade* (2007). Também colaborou

com artigos para a revista *Acervo*, do Arquivo Nacional.

Acervo: *Com as comemorações dos 200 anos da corte no Brasil, é inevitável perguntar: O que rememoramos? Qual o sentido desse bicentenário? A produção historiográfica brasileira sobre o sentido do período joanino é vasta; o que desponta de mais novo ou surpreendente? Há revisões?*

Maria Beatriz: As chamadas comemorações não são mais do que um pretexto para a produção de eventos e de publicações sobre um determinado tema, e portanto tornam-se extremamente úteis. No caso dos 200 anos da corte no Brasil, é de notar que elas se realizam sobretudo no Rio de Janeiro e não em escala nacional, certamente porque foi a cidade que mais transformações sofreu com a presença do monarca em terras brasileiras. Não creio que a produção historiográfica brasileira sobre o período joanino seja tão vasta assim, e as comemorações certamente vão trazer novos estudos e a publicação de novas fontes, como foi o caso da correspondência de d. Leopoldina e de d. Carlota Joaquina. Mas ainda há muitos personagens a serem estudados, e nota-se um vazio historiográfico no que se refere à ação do governo joanino em relação às capitanias.

Acervo: *A historiografia assinala inúmeras transformações que incidem sobre a vida cultural e intelectual. O período joanino teria sido no Brasil, como define Antonio Candido, a nossa época das Luzes?*

Maria Beatriz: Não há dúvida de que a grande mutação foi de caráter cultural. É difícil hoje tentar compreender o que foram três séculos de colonização sem imprensa num território tão vasto como o Brasil. A elite colonial mal podia se expressar, a menos que encontrasse em Lisboa um mecenas disposto a publicar-lhe as obras. É evidente que as ordens religiosas, jesuítas, beneditinos etc. recorriam a seus próprios meios de publicação com a ajuda dos respectivos conventos em Portugal, mas para os laicos a via da imprensa era extremamente árdua. Muitos textos produzidos nesses três séculos só foram conhecidos no século XIX. Ora, a Impressão Régia e a tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva na Bahia vieram acelerar a divulgação do saber científico e até modificar a forma de ensino, com a publicação das obras mais necessárias à medicina, à história natural etc. Por outro lado o aumento da população da nova sede da monarquia incrementou o comércio livreiro, e pode-se dizer que no Rio de Janeiro era possível encontrar as obras mais recentes nas várias áreas da cultura da época, inclusive novelas e romances.

Acervo: *O que os anos 1807-1808 representam para os historiadores portugueses? A presença da corte no Brasil é relevante do ponto de vista da história de Portugal?*

Maria Beatriz: É preciso deixar claro que, para a historiografia portuguesa, o período em que a monarquia teve sua sede no Rio de Janeiro é tão traumático quanto o processo separatista e a inde-

pendência do Brasil com d. Pedro como imperador, e por essa razão os 13 anos de permanência de d. João no Brasil são mal estudados, a não ser que o gênero biográfico assim o exija, como foi o caso com a biografia de d. João VI na coleção do Círculo de Leitores sobre os reis de Portugal. Para a historiografia portuguesa é mais relevante estudar a situação européia que levou à partida da corte e depois as invasões francesas, e analisar como os portugueses atuaram nessas circunstâncias de guerra e de dificuldades, do que saber o que o monarca fez enquanto esteve no Rio de Janeiro. O livro que estou terminando agora, e que penso publicar em Portugal, destina-se precisamente a preencher essa lacuna.

Acervo: *No mundo das idéias, a invasão pelo exército napoleônico e a subsequente vinculação aos ingleses veio a marcar a supremacia de alguma tendência? Um conservadorismo em resposta à Revolução Francesa, a vitória do pensamento liberal inglês, enfim, qual o legado político e cultural desse momento?*

Maria Beatriz: O que se passou em Portugal não tem nada a ver com o Brasil. Por ocasião da ocupação de Lisboa por Junot houve quem pedisse a Napoleão uma Constituição semelhante à que ele dera ao ducado de Varsóvia e também a aplicação do código civil napoleônico em Portugal; muitos militares portugueses serviram nos exércitos franceses na Europa; alguns nobres apoiaram a presença francesa e nada tinham contra um monarca escolhido por Napoleão. A reação por assim dizer nacionalista partiu

do clero português que insuflava do púlpito as camadas populares contra os invasores que roubavam a prata das igrejas e não respeitavam a casa de Deus.

Longe do palco dos acontecimentos e da guerra, o que se observou no Brasil foi uma violenta reação antiinglesa, apesar de toda a propaganda desenvolvida por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, e por José da Silva Lisboa. A abertura dos portos em 1808 inicialmente só beneficiou os ingleses, e as classes mercantis de Salvador e do Rio de Janeiro temeram a concorrência. Mas o mais grave foram os tratados de 1810 com a Inglaterra e o compromisso de d. João procurar abolir o tráfico de escravos gradualmente. Sobretudo causaram revolta as apreensões de embarcações baianas feitas pela Marinha inglesa. Foi muito difícil fazer aceitar no Brasil o liberalismo econômico pregado por Adam Smith, como foi difícil também fazer acreditar na "filantropia" da Inglaterra na questão do tráfico negroiro.

Acervo: *A chegada da corte é um acontecimento para todas as capitanias? De que maneira ela repercute na então América portuguesa? E ainda, que efeitos podem ser percebidos no Império, de modo geral?*

Maria Beatriz: Este é um tema que ainda tem de ser aprofundado pelos historiadores. Estou convencida, contudo, de que a capitania da Bahia, ou melhor, a cidade de Salvador passou por transformações equivalentes àquelas que ocorreram no Rio de Janeiro, sobretudo do ponto de vista cultural. Aliás a Bahia apa-

rece como um caso interessante na medida em que as principais mudanças aconteceram ali por iniciativa privada. Enquanto no Rio a Imprensa Régia pertencia à Coroa, em Salvador foi um capitalista, Manuel Antônio da Silva Serva, que resolveu aplicar seus capitais no empreendimento de uma tipografia. Do mesmo modo a Biblioteca Pública da Bahia foi criada graças ao espírito associativo da elite baiana, enquanto no Rio a Biblioteca Real tardou a ser posta à disposição dos leitores, pertencendo estes sobretudo ao círculo cortesão. Quando as pesquisas avançarem em relação às demais capitanias, talvez cheguemos à conclusão de que os avanços durante o período joanino não foram tão grandes assim, se excetuarmos algumas melhorias nas comunicações com a abertura de estradas e caminhos e com o afastamento, ou até o extermínio, de nações indígenas que atacavam os viajantes e impediam a colonização. A guerra aos Botocudos insere-se nessa estratégia de avançar a colonização no interior e de melhorar as comunicações, inclusive as fluviais.

Acervo: *A senhora coordenou e escreveu em uma obra intitulada O império luso-brasileiro. Qual o sentido do luso-brasileiro? Além de expressar um projeto ilustrado, ele se prolonga na historiografia? Trata-se de fato de uma identidade?*

Maria Beatriz: Devo esclarecer que o título da coleção para a qual me convidaram não foi escolhido por mim, mas pelos professores Oliveira Marques e

Joel Serrão. Nos meus estudos, quando uso a expressão “luso-brasileiro” é apenas no sentido cultural, como expliquei exaustivamente no livro publicado em Portugal, em 1999, *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Como não é fácil encontrar esta obra no Brasil, transcrevo aqui o parágrafo inicial da introdução: “Historiografias de cunho nacionalista, quer em Portugal quer no Brasil, têm menosprezado o fato de que a elite culta da metrópole e da colônia, sobretudo depois da reforma pombalina da Universidade de Coimbra e da criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, não só circulava de um para outro lado do Atlântico, como praticamente fazia as mesmas leituras e recebia a mesma formação. Pouco importava que um d. Francisco de Lemos, reformador da Universidade, tivesse nascido no Brasil, ou que José Clemente Pereira, um dos apoiantes de d. Pedro na independência, fosse natural do bispado da Guarda. Se lermos o que escreveram ignorando suas naturalidades, será difícil detectar se eram coloniais ou metropolitanos.” A elite letrada de Portugal e Brasil possuía grande mobilidade geográfica e suas carreiras na magistratura ou na administração implicavam a circulação de um continente para o outro.

Acervo: *A senhora se dedicou à vida privada, ao cotidiano, à moda, aos casamentos; esses temas podem ser classificados como os de uma história cultural? Em que tendência ou perspectiva seus estudos se inscrevem?*

Maria Beatriz: Os meus estudos desde a década de 1970 sobre o casamento, a família e o sistema de transmissão do patrimônio familiar pertencem simultaneamente a duas áreas, a história social e a história cultural, na medida em que lidam com grupos sociais e ao mesmo tempo com normas, sejam elas jurídicas ou religiosas. Já o estudo do cotidiano leva em conta a distinção entre vida urbana e vida rural, assim como se prende mais às condições espaciais desse dia-a-dia. Quando escrevo sobre formas de moradia, sobre o traje, a alimentação, os meios de transporte, sobre trabalho e festa, sobre religiosidade e crenças, sobre violência, doença e atitudes perante a morte, como fiz no meu livro *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de d. Maria I e d. João VI* (Lisboa, 1993), a espacialidade e a sociabilidade adquirem um peso maior, bem como a cultura oral que podemos conhecer principalmente através da documentação inquisitorial.

Acervo: *Existem acervos tradicionais para a pesquisa do período joanino, como o fundo Negócios de Portugal do Arquivo Nacional. A senhora indicaria algum conjunto documental que ainda está por ser*

explorado ou mesmo o uso de fontes de outra natureza, como os periódicos?

Maria Beatriz: Nunca trabalhei com o fundo Negócios de Portugal, mas as informações que tenho a seu respeito, e sobretudo o livro recente de Ana Canas Delgado Martins, diretora do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, intitulado *Governança e arquivos: d. João VI no Brasil*, fazem-me crer ser esse fundo mais importante para as relações entre a corte no Rio de Janeiro e os governadores do Reino, e também sobre a situação europeia, do que propriamente para a história do Brasil joanino. Há contudo fundos no Arquivo Nacional que ainda não foram suficientemente explorados, por exemplo, os que se referem ao Ministério do Reino e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, estando ainda por fazer uma análise sistemática de sua documentação sobretudo no que diz respeito, por um lado, às relações do governo central com as capitânias, e, por outro, aos contatos com a Intendência Geral da Polícia e a vigilância contra os espiões de Napoleão e os emissários da América espanhola.

Entrevista concedida em dezembro de 2007 a Cláudia Heynemann. Colaborou Fabiano Vilaça dos Santos.